



Bruna de Almeida Pereira

**Bento Pereira Henriques: a construção de um militar africano no
Atlântico Sul (século XVIII).**

Monografia apresentada à Coordenação de Graduação da PUC-Rio
como requisito parcial para a obtenção do grau em licenciatura em História.

Orientadora:

Prof. Dra. Crislayne Gloss Marão Alfagali.

Rio de Janeiro, dezembro de 2023.

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo acompanhar a trajetória de vida de Bento Pereira Henriques, homem livre, natural de Angola e atuante nas milícias luso-africanas no século XVIII. Ao apresentar um requerimento ao rei luso em busca de um melhor posicionamento social - o título de mestre de campo de um terço de homens pretos que queria reformar em Luanda - justifica seu pedido relatando suas experiências no serviço real, em sucessivas batalhas, no Reino de Angola e em Benguela. A partir de sua história será discutido sobre a atuação de homens “pretos” no serviço militar, suas conexões atlânticas e a busca por melhores posicionamentos sociais protagonizados por homens centro-africanos.

Palavras-chave:

Guerra preta – Angola – Bento Pereira Henriques - Milícias

SUMÁRIO

Introdução	3
1. O Reino de Angola: administração, atuação militar e conexões “brasílicas”	6
2. Trajetória e atuação de Bento Pereira Henriques	24
2.1 Kisama: o lar de fugitivos	37
Palavras finais	41
Fontes e bibliografia	42

INTRODUÇÃO

O projeto proposto tem como objetivo acompanhar a atuação e as aspirações de Bento Pereira Henriques, homem livre e natural de Angola, dentro das milícias luso-africanas no século XVIII. A partir de sua trajetória se torna possível abordar diferentes temas, mas aqui serão propostos alguns problemas principais, dando especial atenção às conexões atlânticas, a atuação militar e as organizações políticas e militares do Reino de Angola. Em um esforço para particularizar sua experiência, os conflitos e negociações cotidianas em que se engajou.

Dessa forma, aqui será estabelecida uma tentativa que, a partir da “nova história social”¹ com a micro-história com a reconstituição da trajetória, busca e se concentra em estabelecer uma discussão que privilegie compreender as estratégias e o ponto de vista de africanos. Esses que dentro de uma realidade de exploração e violência proporcionada pela invasão europeia, utilizavam o próprio sistema colonial em benefício próprio; com a obtenção de reconhecimentos, privilégios e ascensão social.

A partir disso, a intencionalidade deste trabalho se estabelece em consonância com as práticas historiográficas apresentadas por Joseph Ki-Zerbo², tendo a história da África posta no centro, considerando a experiência africana e a agência de africanos como sujeitos e não apenas objetos. Tentando assim explorar um pouco sobre a luta por direitos, com a chamada linguagem do merecimento, e não a simples concessão de benesses. Ensaando um movimento que dispõe os personagens trabalhados no centro, considerando suas vivências e experimentações. Mobilizar essa esfera, como apontado pelo autor, não significa ignorar processos ou conexões partilhadas com o externo, mas diz respeito à percepção sobre trocas de influências e sobre as ações autônomas de africanos. Não como mera resposta a algo feito, mas como uma ação protagonizada para além da dominação portuguesa. E para tal, por meio da reconstituição de trajetória, será utilizado como ponto central a chamada “guerra preta” e as dinâmicas de poder estabelecidas entre centro-africanos e portugueses em um momento (século XVIII) em

¹ DAVIS, Natalie Zemon; GARRAYO, M. Ferrandis. Las formas de la historia social. **Historia social**, p. 177-182, 1991.

² KI-ZERBO, Joseph et al. História Geral da África–Vol. I–Metodologia e pré-história da África. UNESCO, 2010.

que ocorre o crescimento de embates e disputas territoriais devido a um esforço luso de interiorização. Nesse cenário é destacado a participação de líderes africanos - avassalados ou não -, de africanos e luso-africanos que atuavam de forma ativa em campanhas militares em função de seus próprios interesses diante dos conflitos

Bento Pereira Henriques se apresenta como um homem preto e livre natural de Angola que teria passado parte de sua trajetória preso nas galés do Rio de Janeiro. Tendo submetido um requerimento ao rei de Portugal em busca de um melhor posicionamento social – solicitava o título de mestre de campo de um terço de homens pretos que queria reformar em Luanda, após um período também solicita o título de capitão-mor de presídios pelo sertão do Reino de Angola. Ele justificou seus pedidos expondo suas experiências no serviço real, em sucessivas batalhas, no Reino de Angola e em Benguela.

As fontes selecionadas para o desenvolvimento deste projeto correspondem a documentos textuais e se referem a documentos administrativos, uma troca de correspondências manuscritas entre o Conselho Ultramarino e o governador de Angola de 1743 a 1751, sobre o caso de Bento Pereira Henriques. Essa documentação está localizada no Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB/IHGB), que traz duas cartas sobre o assunto, e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) a qual tive acesso de forma digitalizada para a realização da leitura, transcrição e análise das 103 páginas de um processo resultado de uma consulta de Bento Henriques ao Conselho Ultramarino. Nesses documentos é possível perceber que as intervenções coloniais aparecem por toda documentação devido à presença e atuação dos redatores, em uma escrita mediada. É sabido que essas fontes são produzidas com e a partir de um olhar colonial, funcionando muitas vezes como ferramenta depreciativa de homens e mulheres de cor. Sendo necessário apresentar indagações justamente em contraposição a esse contexto de dominação em um esforço para se concentrar na busca pelo protagonismo dos africanos e de seus descendentes.

Dessa forma o primeiro capítulo deste trabalho será voltado a explorar as relações políticas e sociais desenvolvidas no Reino de Angola, em especial no século XVIII, com um olhar atento às práticas e as organizações militares dedicadas à guerra. Serão apresentadas as relações e disputas de poder entre centro-africanos e portugueses, junto às suas relações de vassalagem, acordos diplomáticos, mútuo reconhecimento de autoridades e a atividade bélica ligada à guerra preta.

No segundo capítulo será apresentada de forma cronológica a trajetória de vida de Bento Pereira Henriques, que foi reconstruída através da documentação citada há pouco.

A partir da descrição do que aconteceu serão trabalhadas algumas questões ligadas a argumentação apresentada pelo requerente, sua rede de sociabilidade e a utilização da linguagem das mercês que trabalha com aspectos de merecimento e indicam aspirações individuais ao prestar serviços para a Coroa em busca de reconhecimento e ascensão social. Abordando também as dinâmicas desenvolvidas, e freadas, pela região e população da Kisama.

CAPÍTULO 1 - O REINO DE ANGOLA: ADMINISTRAÇÃO, ATUAÇÃO MILITAR E CONEXÕES “BRASÍLICAS”.

“O dito sertão é composto de Dembos Sovas e mais potentados distantes uns dos outros vinte ou trinta dias de jornada dos que são vassallos de Vossa Majestade, e todos estes agentes que cada um tem são seus súditos e subordinados a eles, a quem obedecem e a seus cabos a que chamam Macotas, vivendo todos estes das lavouras de suas terras donde se não podem apartar, e quando são precisos para o serviço de Vossa Majestade prontamente obedecem as chamadas que se faz em nome deste Governo, e vão a todo com grande obediência como sucedeu na guerra que se fez a Rainha Ginga no ano de 1744, que foram a ela destes pretos muitos mil, pelo que não tem lugar o tal terço em que fala o prezo Bento Pereira Henriques.”³

A organização espacial e as dinâmicas estabelecidas em Angola, entre Luanda e o sertão, no século XVIII podem ser expressas nesse fragmento. Nesse período havia uma coexistência de forças coloniais e africanas dentro da política e administração do chamado Reino de Angola (parte da conquista portuguesa das antigas terras do Reino do Ndongo). Apesar de existir uma presença, e invasão, portuguesa, o controle administrativo e político colonial acabava por não se estender muito, de forma autônoma, ao interior da região. Sendo mais restrito à parte costeira onde ainda fica localizada a cidade e a ilha de Luanda. Com essa chegada estrangeira houve tentativas iniciais de delimitação territorial, mas elas não abrangiam, ou davam conta, da complexidade apresentada pelas diferenças culturais, linguísticas e até mesmo políticas de autoridades já presentes, e estabelecidas, localmente. Apenas uma pequena porção da África centro-ocidental reconhecia o rei estrangeiro que, quando reconhecido, estabelecia acordos com líderes da região, com intenções políticas e territoriais.

Tendo isso em vista, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, estão armazenadas uma ampla documentação que trata sobre as relações da coroa Ibérica com o além-mar. Nesse acervo é possível identificar um volumoso códice que consiste em uma intensa troca de correspondências entre espaços conectados pelo Ultramar. Mas aqui será dada especial atenção às dinâmicas estabelecidas entre Angola, Brasil e Portugal.

³ Consulta de Bento Pereira Henriques ao Conselho Ultramarino requerendo postos militares, Lisboa, Luanda e Rio de Janeiro, 1743-1751 . AHU_CU_001, Cx. 39, folha 27.

Nessa perspectiva, o conjunto documental utilizado consiste em numerosos requerimentos – cartas, ordens e petições - iniciadas por Bento Pereira Henriques; homem preto e natural de Angola no século XVIII que estava em busca de ascensão social por meio do serviço militar. Essa documentação abrange os anos de 1743 a 1751, durante esses anos a trajetória e vida de Bento Pereira Henriques se desenvolve e por sua grande mobilidade estabelece relações por diferentes regiões. Sendo possível identificar conexões pessoais pela própria Angola, pelo Brasil e também por Portugal.

Por ser um homem preto, livre e intimamente ligado à atuação militar a reconstituição de sua trajetória, por meio da organização e transcrição dos documentos, permite discutir as dinâmicas do sertão, o interior de Angola, com especial atenção ao serviço e empreendimento militar luso na região. Através de sua trajetória é possível apontá-lo como um homem atuante em Angola que faz seus requerimentos a partir de outros lugares, como Rio de Janeiro e Lisboa. De forma que o registro do primeiro requerimento localizado tem como ponto inicial o Rio de Janeiro, em 1743, onde o mesmo estaria condenado às Galés. O interessante dessa trajetória é que mesmo estando fisicamente afastado de Angola ele consegue mobilizar toda uma rede de conexões, trazendo ao debate pessoas do interior de Angola, no sertão e nos presídios, ligadas ao sacerdócio cristão e a atuação militar, e também mobiliza e estabelece relações com pessoas associadas à corte de Lisboa.

Sua atuação, documentada pelos códices, além de trazer ao debate a ideia de “guerra preta” que circulava pelo Atlântico Sul no século XVIII, também apresenta questões que envolvem a representação de homens “pretos” no serviço militar, as possibilidades de mobilidade e conexões pelas margens do Atlântico. Além de também possibilitar o contato com a existência de marcadores de diferença que impediam que homens pretos conseguissem ascender socialmente. Pois Bento Pereira Henriques, homem preto e livre natural de Angola que teria passado parte de sua trajetória preso nas galés do Rio de Janeiro, apresentou um requerimento ao rei luso em busca de um melhor posicionamento social. Solicitando o título de mestre de campo de um terço de homens pretos que queria reformar em Luanda e após um período também solicita o título de capitão-mor de presídios pelo sertão. Ele justificou seu pedido relatando suas experiências no serviço real, em sucessivas batalhas, no Reino de Angola e em Benguela. E um dos principais argumentos que o apontavam como indigno de receber tal mercê é justificado, na documentação, tendo como base a “indignidade de suas cores”.

Tendo isso em vista, sua trajetória será melhor abordada no próximo capítulo. Aqui será dedicado especial atenção aos aspectos sociais e políticos desenvolvidos nesse momento que, como no fragmento apresentado, englobam diferentes entidades, organizações militares, políticas e sociais no reino do Ndongo e na Angola portuguesa na primeira metade do século XVIII. Com isso, a leitura desses documentos permite, de imediato, uma aproximação às práticas administrativas desenvolvidas pelo Governo do Ultramar na tentativa de se estabelecer como principal controlador da região pelo domínio colonial. Ao mesmo tempo, também somos apresentados às dinâmicas de luta e solidariedade desenvolvidas por regiões como a Kisama.

A partir dessas noções a atuação no serviço militar de homens pretos e pardos ligados a administração lusa desenvolvia um importante papel na estrutura política e social no sertão do Reino de Angola. Como já apontado neste trabalho o século XVIII foi caracterizado por constantes tentativas de interiorização da Coroa Lusa e os meios encontrados para fazer tal empreitada foi a utilização da força militar. Dessa forma, no esforço de conhecer os sertões as campanhas militares e as incursões com funcionários coloniais e particulares foram essenciais nos séculos XVII e XVIII. A presença e a força militar, formada em maior número por homens pretos com a guerra preta, andava de forma conjunta com as empreitadas de guerras organizadas pela monarquia lusa. Essa que recorria até mesmo a desavenças e tensões já existentes na região para garantir a manutenção do principal objetivo comercial da monarquia em terras africanas: o comércio transatlântico de escravizados.

Apesar de ser explícito o interesse português em tirar proveito e instigar guerras na região, as autoridades africanas também tinham interesses nas dinâmicas de guerra. Segundo Guilherme Silva⁴, a complexidade e atuação dos contingentes militares centro-africanos não era simplesmente voltada ao auxílio de empreitadas lusitanas, mas destaca que também defendiam seus interesses, agiam em prol de ambições próprias e protagonizavam as batalhas. Além de demonstrar que esses combatentes eram capazes de articular redes de relações entre centro-africanos e portugueses e que devido a essa capacidade se afirmaram como elemento chave nas relações de poder na África central do século XVII.

⁴ SILVA, Guilherme Oliveira da. “*Valentes homens de cores pretas*”: *Guerra e poder na África Central no século XVII*. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2023.

A partir dessa perspectiva se faz necessário destacar que o século XVIII foi repleto de guerras, o que aponta que as tentativas de dominação não se efetivaram, mas geraram consequências para a região. Sendo possível apontar para a existência de 24 conflitos num espaço de 48 anos, entre 1749 e 1797⁵, nos reinos de Angola e Benguela. Com uma média de 1 conflito a cada dois anos, algumas guerras poderiam durar mais ou menos tempo. Diante dessas guerras provocadas – e também das guerras pré-existentes - e de estados africanos que controlavam o poder, os europeus precisaram se adaptar à dinâmica complexa desenvolvida na África centro-ocidental. Nesse sentido, o estabelecimento de cooperação se mostrava como uma necessidade diplomática devido a diferentes fatores, entre eles se destaca a discrepância no contingente militar dos africanos e dos europeus.

As relações de auxílio construídas entre os africanos e a monarquia portuguesa era, como já apontado, predominantemente mais diplomática e menos ligada ao desentendimento. Pois tanto os africanos quanto os portugueses possuíam estruturas parecidas que compreendiam e reconheciam conceitos ligados à realeza, domínio de terras e a vassalagem. De modo que esses líderes africanos com quem os lusos firmavam os acordos eram chamados de vassalos e ocupavam os conhecidos sobados, ou banzas, que eram designados como unidades políticas e administrativas autônomas, ou seja, independentes da influência europeia. E os acordos que firmavam com os lusos seguiam os mesmos critérios diplomáticos empregados entre os sobas, se reconhecendo assim como iguais. Dessa forma, a estrutura centro-africana possuía uma organização hierárquica e toponímia puramente africana, por isso até mesmo em unidades administrativas portuguesas, como as fortalezas construídas no interior da região de Angola – que serão abordadas mais à frente -, a força militar e organizacional era largamente marcada pela presença africana. Com as marcas de autoridades sendo representadas pelos sobas e o ndembu.

Nessa perspectiva, na estrutura local do antigo centro político do Ndongo eram encontrados os chefes de linhagem, como os sobas, que tinham poder e influência direta com a população livre e escravizada, e tinham como uma de suas obrigações o pagamento de tributos ao Ngola. Esse pagamento, o baculamento, servia como um símbolo do reconhecimento do poder e da autoridade política superior do Ngola frente aos sobas. Com a empreitada colonial esse pagamento tributário do baculamento passou a ser feito para a Coroa portuguesa e era considerado uma das obrigações dos vassalos. Às

⁵ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*. Tese de doutorado – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

obrigações dos vassallos eram somadas a obrigatoriedade de fornecimento de homens para a guerra preta e também a entrega de escravizados fugidos dos portugueses que se abrigassem em seus territórios. Essa última obrigação, inclusive, demonstra o forte caráter mercantil dessa relação marcada por interesses do tráfico de escravizados. Com essas estratégias presente nas relações era estabelecido uma forma de controle indireto da coroa sobre a população. E dentro desse contexto o título de soba – encontrado no fragmento inicial e na documentação escrito como sova ou souva - se aplica a uma autoridade local da região de Angola que governa um sobado. Esse sobado é definido por ser uma povoação que pode ter múltiplas formas de plantações e produções e as pessoas que ali residiam dependiam – em sentido econômico, político e simbólico - do soba.

Ao lado dos sobas apareciam também os makotas – ou macotas - que atuavam como conselheiros diretos dos sobas e era quem os nomeava. No fragmento apresentado são indicados também com um cargo militar “cabo” e, segundo definido por Beatriz Heintze⁶, seria o mais velho de uma linhagem e conselheiro dos sobas do Mbundu e do rei do Ndongo. Por serem, geralmente, os mais antigos da linhagem possuíam uma extensa influência política, assumindo até mesmo posições de liderança nos sobados. Já os Dembos, ou Ndembus, habitavam a região norte e possuíam domínios que se estendiam desde o Sul do Dande até o Bengo – ou ao Zenza – sendo um povo de língua kimbundu e com ligações com o Kongo. Eram politicamente independentes e formam, por sua localização, uma “zona-tampão” entre o Kongo e o Ndongo. Entretanto, é importante destacar que originalmente Ndembu não era uma designação étnica, mas sim um título dos grandes chefes locais e na estrutura local são superiores aos “sobas”.

A partir disso, apesar do Ngola representar uma forma de liderança, como os sobas, a diferença principal que marcava a maior autoridade dos Ngola era o caráter sobrenatural ligado ao título. Os ngolas eram reconhecidos por possuírem um objeto, muitas vezes uma marca com uma insígnia - normalmente um objeto de ferro, como um machado, lança ou mesmo pedaço do metal -, que representava essa conexão com o mundo sobrenatural. Na prática, o Ngola era um líder africano que se diferenciava dos sobas por ter uma legitimidade frente aos assuntos que transcendiam o controle humano e devido a essa autoridade central as relações eram estabelecidas de modo que os sobas se designavam como vassallos do Ngola.

⁶ HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola do século XVII: Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de Fernão de Sousa, 1622-1635*. F. Steiner Verlag Wiesbaden, 1985, p 120.

Nessa sociedade, o soba era o principal representante de poder local e no decorrer da ocupação portuguesa foram se adaptando e estabelecendo uma coexistência entre sua identidade africana e as mudanças sociais e políticas decorrentes da força colonial portuguesa e, sobretudo, do tráfico de escravizados. Faziam esse movimento, de adaptação à nova realidade e dinâmica impostas, sem negar sua autonomia política e complexidade cultural. Dessa forma, elites políticas Ambundas adotaram nomenclaturas para destacar posições sociais igualitárias frente à monarquia portuguesa. Uma apropriação que serviu como estratégia para impedir que, com a imposição da presença colonizadora, a imagem e compreensão de um “reino” se sobrepusesse à estrutura de autoridade africana. Servindo para marcar sua igualdade e, acima de tudo, soberania diante de autoridades militares lusas e da própria monarquia portuguesa.

Dessa forma, a noção e a compreensão do conceito de reino não é algo exclusivamente externo, pois já existia nas sociedades africanas. Mas a noção de realeza – com postos de rei e rainha - somente foi apropriada para uma demarcação estratégica visando “[...] criar e reforçar hierarquias sociais no interior de suas próprias sociedades, como no caso da rainha Njinga no início do XVII.”⁷

Tendo essa estrutura em vista, inicialmente a presença portuguesa, contando com maior número de pessoas e organizações administrativas, era estabelecida na parte costeira do Reino de Angola. A cidade de Luanda além de ser situada em um local de fácil acesso pelo oceano, e de fácil contato com o tráfego marítimo, possuía o maior porto de escravizados da costa ocidental africana. Por onde foram escoados um grande número de pessoas traficadas e mercadorias como jeribita, tecidos locais e importados, cobre, marfim, armas, pólvora etc. A princípio se estabeleceu como centro da administração portuguesa na região⁸ e a presença da ocupação territorial era concentrada na cidade, limitada à costa, e apenas com o passar do tempo foram estabelecidos novos marcadores de presença com a construção de fortalezas pelo interior, no denominado sertão.

Dessa forma, no interior do território o domínio e a influência portuguesa eram restritos e até o século XVIII, sendo poucos os que reconheciam as forças portuguesas como órgãos controladores e administrativos da região. Isso não acontece, claro, de forma imperceptível ou aleatória. Os domínios do interior do país estavam nas mãos de

⁷ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferreiros e Fundidores da Ilamba: Uma História Social da Fabricação de Ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017, p 52.

⁸ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*, p 31.

africanos, que em alguns casos reconheciam o senhorio do rei de Portugal, já outros não reconheciam a jurisdição portuguesa e resistiam à dominação e às tentativas de conquista nas investidas europeias.⁹

A tensão política era presente e os territórios concentrados ao norte e ao sul de Luanda eram marcados pela resistência e pouca presença colonial até o século XVIII, a expansão colonial para essas regiões só se deu no decorrer dos séculos XIX e XX. Ao longo do tempo as unidades territoriais que resistiram à expansão da influência colonial ficaram conhecidas como potentados – como citado no fragmento inicial -, mas que com o passar dos anos também estabeleceram acordos, parcerias políticas e comerciais, assumindo relações de trocas e interdependência com os representantes dos portugueses.

Apesar de ser um território sob domínio português, do ponto de vista administrativo, quem ocupava, habitava o sertão e intervinha politicamente eram os africanos e luso-africanos. Nesse panorama, a segunda metade do século XVIII se destaca por uma tentativa da Coroa portuguesa de mudar essa organização, estabelecendo políticas que visavam uma centralização administrativa tentando instituir então um efetivo domínio territorial. A presença portuguesa em terras do Reino de Angola foi marcada por conflitos, lutas contra a colonização desde o século XVII e pela crescente demanda externa do tráfico de escravizados que transformou a região. Essas mudanças, ligadas a pressão da econômica sobre o tráfico transatlântico de escravizados, desarticularam sistemas políticos locais e traziam grande insegurança e precariedade para as sociedades africanas.

Ao mesmo tempo que ocorriam essas desarticulações também surgiam a articulação de novas camadas intermediárias que se imiscuíam nas empreitadas coloniais. As atuações ligadas a intermediação comercial da região começam então a ser desenvolvidas por uma nova categoria de pessoas que se valiam de um novo posicionamento social e assim também conseguiam burlar as obrigações que deviam aos portugueses enquanto seus vassalos. Os pumbeiros, por exemplo, também conhecidos como funadores, atuavam como comerciantes e agentes do tráfico responsáveis por obter bens comerciais de feirantes brancos, no sertão, para vender em outras regiões. Sendo eles contratados por negociantes de Luanda para realizar a compra e transporte de

⁹ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferreiros e Fundidores da Ilamba*, p 42.

escravizados das feiras do interior¹⁰. Apesar de compartilharem símbolos e características sociais com as vítimas do tráfico buscavam estabelecer formas de diferenciação. Um desses sinais fixados era o uso de calçados, por meio do qual passaram a ser conhecidos como “negros calçados” e possuíam livre passagem entre as terras administradas por vassallos da Coroa lusa.

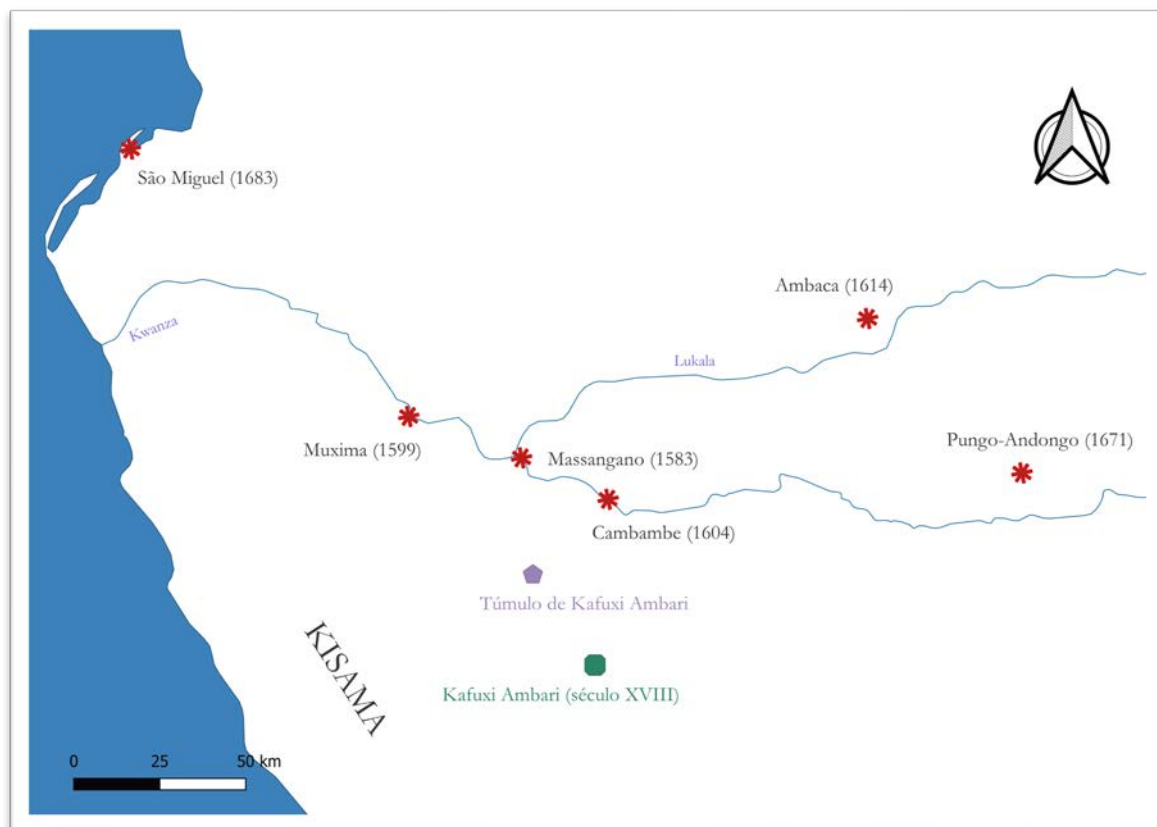
Dentro dessa perspectiva de poder, e das disputas territoriais, a noção de terra se apresenta como mais um ponto de debate. Pois, o território se apresentava como um espaço heterogêneo, havendo territórios africanos intercalados com territórios coloniais¹¹. Com a presença da administração portuguesa que era materializada, nesse momento, apenas através de presídios, como o de Muxima e de Benguela em que Bento Pereira Henriques teria atuado, e das feiras pontualmente instaladas ao longo do rio Kwanza. Essas novas fortalezas – presídios - que pontuavam a existência da Coroa portuguesa pelo interior foram criadas em uma tentativa de proteção territorial do domínio português, em consonância com as constantes tentativas de alargamento da dominação territorial.

Esses núcleos coloniais ofereciam uma certa estabilidade e permitiam aos portugueses acesso contínuo a pessoas escravizadas, provenientes de guerras, por um preço baixo. Tinham também funções de abrigar a guarnição militar - compostas em sua maioria por africanos que ocupavam postos militares de oficiais de baixa patente, como tenente, alferes ou ajudante - e uma função ainda mais estratégica: a proteção da rota comercial e a garantia da segurança no transporte da comunicação e do abastecimento para plantações, sobados e povoações avassaladas localizadas ao longo do rio Kwanza. No mapa a seguir, pode-se perceber como a conquista portuguesa seguiu os caminhos dos rios em sua interiorização. Destaco também a região da Kisama e a possível localidade de Kafuxi Ambari, seu principal líder, porque é uma história que tratei ao longo da monografia.

Mapa 1 – As fortalezas portuguesas e a região da Kisama

¹⁰ HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola do século XVII: Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de Fernão de Sousa, 1622-1635*. F. Steiner Verlag Wiesbaden, 1985, p 124.

¹¹ CARVALHO, Ariane. **Guerras nos sertões de Angola**, p 42.



Fonte: elaborado por Crislayne Alfacali a partir das localidades georreferenciadas das ruínas dessas antigas fortalezas.

Nessa discussão sobre demarcação de presença e direitos sobre a terra é necessário destacar que na perspectiva centro-africana a posse das terras pertencia à soberania do Ngola, e de seus antepassados, seguindo delimitações fronteiriças e correspondiam a propriedades fixas. Essa noção de posse e demarcação de influência com fronteiras políticas estabelecidas pode ser apontada como o que acompanha a constituição da noção dos Estados Ambundos. A demarcação da complexidade do sistema político Mbundu correspondiam, em algumas instâncias, a moldes estranhos aos europeus e devido a isso eram lidas como sociedades sem estado. Essa noção, não se sustenta visto que há uma estrutura compartilhada que apresenta e compreende de antemão noções que compõem um estado, como o próprio entendimento de realeza e domínio concentrado nas mãos de uma autoridade maior; o Ngola. De modo que somado a isso também surgem produções como a de Joseph Miller¹² que se concentram justamente em explorar o poder político e

¹² MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. 1995.

os Estados do Mbundu, se posicionando assim de forma contrária a essa visão de que seriam sociedades sem demarcações de Estado.

Para seguir adiante também se faz necessário compreender que era a guerra que “modelava a organização social, os modos de organização das aristocracias africanas e a natureza da escravidão.”¹³. Mas, devido ao pouco conhecimento geográfico de súditos portugueses, foi necessário contar com iniciativas particulares para assim estimular as investidas portuguesas pelo interior. Tanto em Angola quanto na América Portuguesa essa postura foi assumida e possibilitou que atingirem lugares mais distantes da costa, com essas atividades sendo conduzidas por homens que conheciam a região e podiam, assim, tornar concreta a empreitada de conquista. E a esses homens, militares da guerra preta, que se dispunham a representar o Reino de Portugal através da força eram prometidas patentes e títulos em troca de seus serviços. Sendo também uma das obrigações dos sobas avassalados pela Coroa o fornecimento de “gentes” para compor as linhas combatentes da administração lusa: a guerra preta.

Dessa forma, a partir de um conjunto bibliográfico que tematiza a atuação de militares pretos no Atlântico Sul, que em partes já foram abordadas neste trabalho, é possível apontar para a existência de uma ampla concordância dentro dessas discussões, afirmando que: sem os aliados africanos, com a guerra preta, as guerras lusas não seriam possíveis. Esse apontamento destaca a fragilidade política portuguesa na África centro-ocidental ao mesmo tempo que também aponta para a necessidade do apoio das tropas africanas e dos terços e milícias de homens pretos e pardos. No contexto geral do século XVIII, especificamente na segunda metade, é possível destacar um empenho no desenvolvimento de investidas políticas e militares com o objetivo de expandir a influência colonial de forma real, em consonância com as políticas pombalinas.

À vista disso, os contingentes militares de guerra preta que lutavam ao lado das forças portuguesas eram caracterizados como o maior contingente militar presente nas campanhas de guerra em Angola, especificamente no século XVIII. Essa força militar era decisiva para a manutenção do governo português em terras africanas, pois sem o conhecimento e a expertise bélica desses guerreiros era impossível formar tropas ou travar guerras na África. E por essa característica os costumes e práticas de guerra que prevaleciam, nas fileiras militares, eram locais. De forma que mesmo havendo a

¹³ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola*, p 64.

implementação de armamento europeu as táticas de guerra adotadas, junto a maioria dos militares, eram africanas.

Segundo John Thornton¹⁴, o contato europeu com tradições de combate africanas produziu uma nova forma de arte da guerra que combinava táticas de confronto africanas e europeias. Destacando a falsa noção de uma superioridade militar europeia antes da revolução industrial, pois sem o reconhecimento e a incorporação das forças locais africanas – por meio de alianças políticas com lideranças locais – nenhuma das guerras de iniciativa do governo português seria possível. Desse modo, Thornton também destaca a centralidade dessas tropas e aponta que sem o prevaletimento de práticas bélicas locais – a guerra preta – seria impossível que a administração lusa conseguisse formar tropas ou fazer guerras.

De acordo com Ariane Carvalho, a guerra preta era um contingente militar africano aliado aos súditos portugueses que se formou no século XVII¹⁵. Era formada por soldados negros, caracterizando uma tropa de cor, sob a liderança de chefes africanos que tinham relações políticas com capitães-mores. Esse tipo de regimento ficou conhecido como uma marca da presença portuguesa em Angola. Sendo um regimento formado por diferentes corpos, com uma hierarquia internalizada que destacava que as autoridades militares não eram restritas apenas aos homens com patentes militares portuguesas, mas as autoridades africanas desenvolviam papel significativo no ordenamento das tropas.

Esse contingente militar era composto por guerreiros de exércitos particulares de sobas aliados de portugueses, estes que durante as guerras de ocupação apresentavam grande dependência ao destacamento de guerra preta. Que além de apresentarem alto conhecimento tático também se destacavam pelo conhecimento do território e a utilização de vestimentas leves, mais adaptadas à realidade climática do sertão que castigava grande parte dos europeus. Além de que, como já apontado, a formação e atuação das tropas faziam parte dos acordos de vassalagem estabelecidos entre os sobas e a monarquia portuguesa e garantir apoio militar e o oferecimento de homens armados também fazia parte das obrigações dos avassalados. E esse regimento era formado por representantes portugueses, agentes africanos de guerra e contavam também com escravizados dos europeus. Sendo assim, os soldados escravizados que eram atuantes nessas empreitadas

¹⁴ Thornton, John K. "The art of war in Angola, 1575–1680." *Comparative studies in society and history* 30.2 (1988): 360-378.

¹⁵ CARVALHO, Ariane. Protagonistas das batalhas: a guerra preta de Angola. *Revista Crítica Histórica*, v. 12, n. 24, 2021, p 41.

agiam em prol dos interesses lusos e funcionavam como parte de uma estrutura opressora, oferecendo apoio às elites e reproduzindo a escravidão institucionalmente.

A guerra preta era reconhecidamente um contingente militar africano aliado às forças lusas e era o que viabiliza a existência e a atuação portuguesa nos sertões da África. E essa constatação é o que também compõe as alegações mobilizadas por Bento Pereira Henriques nas petições em que solicita a mercê para formar um terço de homens pretos em Angola.

Ao passo que organizações coloniais se espalharam pelo Atlântico, também existiram batalhões e milícias de pardos e pretos na América portuguesa que cresceram de forma estruturada. Segundo Luiz Geraldo da Silva¹⁶, esses homens desenvolveram atuações, em Minas Gerais e em Pernambuco, e intervinham em processos corporativos, exigindo privilégios e recompensas e também denunciando quebra de regras. O “terço de gente preta” ou “terço de Henrique Dias” surgiu inicialmente em Pernambuco e tinha uma estrutura similar às guerras pretas, mas teve sua institucionalização iniciada apenas no século XVIII.

As companhias militares organizadas em terços e milícias eram forças militares comandadas por homens pardos e pretos e seus membros eram conhecidos como praças. Essa forma de organização militar tem origem na América portuguesa a partir de dois fatores principais que propiciaram sua formação: a guerra atlântica contra os holandeses e o arranque da economia de plantation. Essa organização estabelecia uma marca do surgimento de um novo grupo social de homens de cor que se distinguia dos escravizados a partir da institucionalização dos terços e das milícias.

Apesar de atuarem de forma articulada, e historicamente conectadas, as milícias se diferenciavam dos terços por serem organizações autônomas. E dentro dessa formulação o cargo de Mestre de Campo se apresentava como a mais alta patente e uma autoridade militar criada para comandar e servir aos interesses coloniais. Este cargo poderia ser ocupado por pessoas brancas, pretas e pardas, devido a essa possibilidade também servia como meio para ascensão social. Porém, para assumir a patente de Mestre de Campo era necessário atender a uma série de critérios¹⁷. E, talvez, seja o conhecimento sobre essa estrutura na América portuguesa que tenha inspirado Bento Pereira Henriques,

¹⁶ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, N° 169, 2013, p. 111-144.

¹⁷ DIAS, Gabriela Duque. Uma análise comparativa do perfil das chefias militares nas Minas do século XVIII: os postos de mestres de campo e capitão mor. Minas Gerais, *ANPUH – MG*, 2012.

no tempo em que passou atuando no Rio de Janeiro, a solicitar a formação de um terço de homens pretos do qual queria ser Mestre de Campo.

Sendo assim, nesse caminho é possível estabelecer outros paralelos entre os domínios lusos do ultramar. Pois, embora o grosso da composição dessas tropas que lutavam em nome da Coroa portuguesa correspondesse em África à guerra preta, com homens africanos, segundo Roquinaldo Ferreira¹⁸ o envio de reforços externos era contínuo. De acordo com o autor, entre os séculos XVII e XVIII, Angola recebia constante auxílio militar enviado de Portugal e do Brasil, recebendo soldados e cavalos para atuar junto às tropas locais de guerra preta. Tal dinâmica permitiu a instrumentalização de mecanismos estatais e licenças especiais para a ampliação do fluxo de trocas entre os domínios ultramarinos. Usando como pressuposto principal a fácil adaptação de “brasílicos” às guerras e ao clima centro-africanos¹⁹.

Falar sobre guerras centro-africanas nesse momento pressupõe também, como já apontado, uma abordagem sobre as dinâmicas de poder entre os centro-africanos e os portugueses. Sendo importante destacar que foi o contexto das guerras e das práticas de escravização que possibilitou a ascensão de militares de origem africana. Dessa forma, as dinâmicas de poder se firmavam a partir de uma estrutura administrativa e militar, contando com oficiais que se tornaram peças fundamentais para o desenvolvimento do comércio do tráfico de escravizados. Contudo, em sua maioria esses militares africanos não ocupavam altas patentes e eram subordinados aos capitães-mores, ou regentes, que comandavam os presídios e eram homens portugueses e luso-africanos designados pela Coroa portuguesa para ocuparem o cargo. Roquinaldo Ferreira mostra que muitos capitães-mores não eram brancos ou foram recrutados localmente, ele cita Manoel Antunes da Cunha - apesar de ser negro - era o capitão mor das terras do dembo Quitexi; Pedro Ferreira era “um mulato que usava tangas e havia sido escravo”; e Manoel de Oliveira de Figueiredo “havia muito tempo vivia lá [em Casanje] com os negros e [havia] adotado seus costumes”. Domingos Ferreira Assunção, o capitão-mor de Ambaca na década de 1750, era “filho insolente de uma mulher negra e de um pai mulato, criado no interior [sertões], com costumes semelhantes aos dos negros, e sobrinho da rainha Njinga, que já o havia convidado para ser o rei de Matamba”²⁰.

¹⁸ FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII). *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 3-23, 2007.

¹⁹ SILVA, Guilherme Oliveira da. “*Valentes homens de cores pretas*”, p 156.

²⁰ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 37-38.

A política sertaneja criada para a ampliação dos domínios lusos foi uma empreitada planejada para estar sob jurisdição dos militares, especificamente dos capitães-mores, que assumiram um papel determinante na região. Mas a fragilidade lusa também se mostra nesse aspecto, pois a pouca experiência de militares portugueses no território agrava as possibilidades de ocupação. O que era motivo de constantes queixas entre os governadores que destacavam a necessidade de obter para as tropas militares brancos ou “gente de melhores costumes”²¹.

O jogo de poder e influência desenvolvido ao redor dos cargos militares se mostrou presente por toda a empreitada colonial, pois apesar de haver inúmeras dissemelhanças – inclusive nos sentidos da guerra – as sociedades portuguesas e centro-africanas se estruturavam por meio de hierarquias sociais. E o estabelecimento de privilégios era o que sustentava a organização, com a manutenção dos serviços prestados, nas sociedades ibéricas e também na África central. Os postos de lideranças políticas tinham grande prestígio e de acordo com seu desempenho poderiam acumular posses, com a posse de escravizados e recursos retirados do baculamento. De modo geral é possível destacar que a participação em tropas militares de homens pretos também funcionava como forma para ascensão social por meio da sua participação nas guerras coloniais. Pois essa atuação exércitos junto aos portugueses podia render vantagens econômicas, como o recebimento de terras nos territórios conquistados pelos exércitos portugueses, além do pagamento do soldo para os guerreiros não escravizados²².

Apesar do objetivo dos portugueses ser caracterizado pela tentativa de tornar os combatentes africanos aliados os mais fiéis possíveis, com o oferecimento de mercês e privilégios, essa aproximação com as elites locais também explicitava uma disputa – entre *tendalas*, *quilambas* e as autoridades lusas – pelo domínio sobre as pessoas e sob sua lealdade.

Como apontado por Guilherme Silva²³, as maiores autoridades na arte da guerra em Angola eram os *tendalas* que atuavam principalmente como capitão-mor da guerra preta e intérprete de quimbundo-português. Era o responsável de realizar uma aproximação, traduzindo não só as línguas como também os costumes e ritos sociais. Traduzia até mesmo os comandos proferidos em português para os combatentes, falantes

²¹ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola*, p 53.

²² CARVALHO, Ariane. Protagonistas das batalhas: a guerra preta de Angola. *Revista Crítica Histórica*, v. 12, n. 24, 2021, p 52.

²³ SILVA, Guilherme Oliveira da. “*Valentes homens de cores pretas*”, p 87.

de quimbundo. O *tendala*, junto com o *samba-tendala* o segundo na linha de comando das tropas, possuíam comando da guerra e utilizavam um instrumento de ferro, chamado *muucu*, era uma espécie de sinos com chocalhos utilizados para ditar o ritmo das tropas e por ser um objeto de ferro possuía significados religiosos e políticos e somente o *tendala* ou o *samba-tendala* poderiam manuseá-los.

Dentro dessa hierarquia de poder os *tendalas* apareciam como a maior autoridade, dentro das linhas de guerra preta, seguido pelo *samba-tendala* e em terceira instância aparecem os *quilambas*. No Reino de Angola os quilambas seriam os responsáveis pelo comando geral dos combatentes em cada batalha, havendo diversos *quilambas* com seus próprios combatentes²⁴. Estão também vinculados à função de fiscalizar e controlar territórios. De acordo com Silva²⁵, a autoridade e o poder político dos *quilambas* e dos *tendalas* representava também tensões e contradições no que diz respeito às alianças firmadas com autoridades lusas. Pois, dentro desse jogo de influência esses militares conseguiram tirar vantagens: expandiram seus domínios sobre pessoas e ampliaram suas propriedades.

Devido aos rituais utilizados e a formação aplicada aos soldados é possível apontar que a existência dessa estrutura de comando de guerra é muito anterior à chegada dos portugueses. O que indica mais um elemento de incorporação de uma estrutura da cultura política e militar africana dentro da administração portuguesa. E mesmo com a mescla militar, com a utilização de armamento europeu, as técnicas e estratégias da guerra preta eram reconhecidas como as mais eficazes e seus líderes eram conhecidos como os senhores da guerra no Reino de Angola. E os homens que estiveram à frente e no comando desses regimentos de guerra preta tiveram os seus títulos Ambundos reconhecidos pela coroa portuguesa. E a partir dessa aliança com os portugueses, que também se apresentava como uma relação de dependência das forças de guerra preta, esses militares centro-africanos também se apropriam da formalidade documental portuguesa para a obtenção de títulos, privilégios, mercês e até mesmo hábitos militares que dentro dessa dinâmica representam formas de ascensão social. E é essa apropriação dos mecanismos burocráticos do Antigo Regime que possibilita que militares pretos, como Bento Pereira Henriques, entrem com requerimentos administrativos em busca de mercês dentro da estrutura administrativa colonial.

²⁴ Idem. Ibidem. p 92.

²⁵ Idem. Ibidem. p 95.

A atuação dos contingentes de guerra preta era importante para a própria existência da presença colonial portuguesa, mas também era de suma importância para a garantia das dominações de chefes africanos frente a populações dominadas. Acabando assim por estabelecer uma forma de dependência militar ao regimento de guerra preta, que também era sustentado pela sua completa superioridade numérica de combatentes. O quantitativo referente às forças portuguesas contava com 585 militares a serviço em Angola frente a 4.805 combatentes da guerra preta²⁶.

Não é à toa que essas lideranças militares africanas poderiam representar uma ameaça para os interesses da Coroa portuguesa, então até mesmo essa estrutura de obtenção de mercês e possibilidade de ascensão social representam uma estratégia colonial. Visando manter uma estabilidade e lealdade da atuação militares centro-africanos na colonial, principalmente em momentos de vulnerabilidade da Coroa como durante a invasão holandesa (1641-1648), esses mecanismos de obtenção de prestígio social também eram úteis. Porque acima de tudo esses militares ligados à guerra preta atuavam de acordo com seus próprios interesses e, segundo esses termos, atuar junto à administração lusa se mostrava vantajoso.

Dentro da linha de comando e atuação militar e política aparecia, acima de todos, o posto de capitão-mor. E na construção e exploração desse espaço esse cargo era acompanhado por inúmeros poderes, e até mesmo privilégios. O capitão-mor era reconhecido como a maior autoridade no território, tendo autonomia e poderes que, no âmbito interno, se equiparavam ao do próprio rei. E tinha também amplos poderes no campo cível – com compras, vendas e concessões – e no campo crime. Neste último, o capitão-mor tinha autonomia apenas quando o caso não se referia a algum fidalgo, quando então os autos deveriam ser encaminhados ao próprio rei. Segundo ordens da Coroa, sua autoridade e suas ordens deveriam ser obedecidas e respeitadas como se fossem proferidas pelo próprio rei.

Essa forma de organização administrativa, empregada inicialmente em domínios na América, foi expandida para outros territórios ultramarinos ocupados pela invasão portuguesa. Dessa forma, segundo Carlos Couto²⁷, o modo de operação administrativa também foi adaptado para atender melhor a cada particularidade cultural e política

²⁶ CARVALHO, Ariane. Protagonistas das batalhas: a guerra preta de Angola. *Revista Crítica Histórica*, v. 12, n. 24, 2021, p 47.

²⁷ COUTO, Carlos. Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídio para o estudo da sua atuação. Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p 25-32.

apresentada em diferentes regiões. No caso de Angola, é apontada uma necessidade na diminuição dos poderes concedidos, pois estariam servindo a desejos próprios e não apenas aos interesses da Coroa. Com essa demanda os poderes de nomeação para novos cargos, administrativos ou militares, passaram a serem feitos diretamente pela Coroa.

Em Angola essa forma diferenciada de administração Ultramarina é apresentada devido a necessidade de atração, por meio de nomeação, de pessoas da Metrópole para a atuação na região. Porque, como já apresentado, era uma região com baixo contingente de homens brancos e portugueses na atuação militar e para a administração lusa era de suma importância manter o alto da cadeia de comando nas mãos de portugueses. Sendo assim na busca por atrair e estimular a migração de portugueses para o território, conhecido como “o túmulo do homem branco”²⁸, eram oferecidas diferentes benesses aos militares em serviço fora da metrópole. Nesse contexto era utilizado a mesma estratégia apresentada anteriormente e também eram oferecidos a estes, como aos militares centro-africanos, a possibilidade de alcançar patentes e privilégios maiores do que seria permitido em outras instâncias.

Dessa forma os incentivos ajudam a assegurar uma presença efetiva de portugueses em Angola, visando uma diminuição da deficiência de recursos humanos da província. Sendo assim, o regimento e os poderes concedidos ao Capitão-mor, e ao governador, eram interpretados e modificados de acordo com as demandas apresentadas pela região em Ultramar.

Nesse sentido, a utilização e investigação de trajetórias de militares africanos contribui na exposição dessas estratégias portuguesas, com ordens militares e mercês, utilizadas para a manutenção do poder e do controle social. Com o tempo esses militares centro-africanos e luso-africanos se entendem como parte da estrutura administrativa colonial e passam não só a acumular bens, e lucros, como também passam a exigir da Coroa recompensas e reconhecimentos por seu tempo de serviço. Ações de militares que escolheram se articular com forças coloniais aparecem como os requerimentos de Bento Pereira Henriques que, por meio de seus próprios interesses e ambições, solicitam espaços de maiores privilégios justificados pela atuação nas linhas de guerra em nome da Coroa. Mesmo que aparecessem marcadores de diferença racializados ligados a cor da pele - como no caso de Bento Pereira Henriques é apresentado o argumento da “indignidade de

²⁸ COUTO, Carlos. Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídio para o estudo da sua atuação. Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p 32.

suas cores” - que os impediam de galgar degraus em busca de ascensão social, a utilização dessas estratégias por dentro do sistema administrativo colonial é cada vez mais comum ao longo do século XVIII em Angola.

CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO DE BENTO PEREIRA HENRIQUES

O Reino de Angola como espaço de coexistência de forças centro-africanas e também coloniais se desenvolveu, como apresentado, em torno de constantes guerras e disputas por controle territorial e humano. O poder político e a influência sobre as pessoas, leia sobre sua fidelidade, se apresenta como um protagonista das batalhas pelo século XVIII. Essas disputas evidenciam tensões, contradições e até mesmo uma certa forma de fusão entre duas formas de sociedade com cosmogonias e cosmologias, antes, estranhas entre si. Ao passo que saberes, estruturas e títulos militares centro-africanos foram incorporados à administração lusa também podemos notar que títulos e formas burocráticas foram absorvidos por elites e autoridades *Ambundas*. E de forma geral, organizar e realizar guerras, conquistar terras e desenvolver domínios sobre pessoas envolvia negociar diretamente com os interesses de ambos os lados. Pois, como já apontado neste trabalho, é fundamental destacar que sem a dinâmica desenvolvida e oferecida pelos campos de batalha ninguém entraria em confronto sem o envolvimento de interesses com pretensões políticas ou sociais, não só das lideranças, mas também dos milhares de combatentes envolvidos nos conflitos.

As práticas de guerra sempre estiveram ancoradas em dimensões profundas das relações de poder na África Central, de forma que seu desenvolvimento se mostra dependente dos interesses dos combatentes. Mesmo que em grande parte da bibliografia esses combatentes que não eram *Ngolas*, *sobas* ou grandes *tendalas* fiquem somente descritos como números de um contingente. Era o interesse e a ação dessas pessoas que faziam com que as engrenagens e os planos militares de ação fossem realizados. Seja interesses de ascensão social, para militares portugueses, ou interesses vinculados com o reconhecimento da legitimidade política dentro do sistema linhageiro, para os centro-africanos. Embora esses horizontes comecem a se mesclar, a atuação e fidelidade dos combatentes, portugueses e centro-africanos, seguiam uma lógica parecida baseada no entrelaçamento de seus desejos e de suas vontades que poderiam ser realizados através da atuação nos campos de batalha. De forma que os interesses desses combatentes poderiam ser divergentes das ambições de seus dirigentes e superiores, e de modo geral as guerras nada mais eram do que uma somatória de inúmeras ambições que ora convergiam e ora divergiam.

Nesse sentido, as narrativas que exploram a atuação de militares costumeiramente privilegiam a atuação de pessoas em níveis altos dentro da hierarquia militar centro-africana. E investigar a perspectiva dos combatentes se mostra como fundamental para uma compreensão profunda sobre as relações de poder desenvolvidas nesse espaço do Atlântico, pois os comandantes também eram dependentes dos interesses dos combatentes para travar guerras e preservar, ou ampliar, seus domínios sobre pessoas e terras. Dessa forma, quando nos voltamos para os combatentes, com baixas patentes, nos restam perguntas simples como “quem eram esses indivíduos?”, “porque estavam envolvidos nessas batalhas?”, ou melhor, “porque matavam e morriam em nome de uma lealdade?”, e, acima de tudo, “quais eram os seus interesses por trás de suas atuações no campo de batalha e fora dele?”. A partir dessas perguntas podemos ensaiar algumas possibilidades de respostas através da trajetória de Bento Pereira Henriques, um homem preto livre e militar de baixa patente de Angola que desenvolve sua agência em diferentes espaços pelo atlântico e utiliza do aparato burocrático colonial para buscar ascensão social, dialogando assim diretamente por dentro da administração colonial instaurada após a invasão portuguesa.

Em 20 de março de 1743 temos o registro da documentação mais antiga sobre a mobilização administrativa feita por Bento Pereira Henriques, que a partir do Rio de Janeiro inicia suas investidas em busca de mercês e liberdade. Nos requerimentos, além de, inicialmente, solicitar uma promoção de patente para Mestre de Campo e solicitar autorização para a reforma de um terço de homens pretos no Reino de Angola, nosso personagem também conta parte de sua trajetória. Aborda grande parte de sua vida e atuação militar em Angola e descreve todos os acontecimentos e entremeios que o levaram até a cidade do Rio de Janeiro, onde ficou preso nas Galés da Ilha das Cobras, e que posteriormente o levaram à Corte de Lisboa e ao Conselho Ultramarino.

Por meio dessas cartas e requerimentos podemos ter acesso não só à grande parte de sua trajetória de vida, de forma cronológica, como também temos acesso às conexões estabelecidas por esse personagem no espaço Atlântico que, em sua história, interligam Angola, Brasil e Portugal. Por meio de sua documentação também temos conhecimento sobre as pessoas, e autoridades políticas e militares, que cruzaram sua vida e estabeleceram redes de sociabilidade que interferiram de forma intensa nos caminhos impostos a Bento Pereira Henriques.

As fontes que produzidas e referentes a Bento Pereira Henriques, de 1743 a 1751, nos permitem localizar sua origem, as primeiras atuações em campanhas militares e

também identificar nominalmente as pessoas e autoridades com quem desenvolveu maior contato durante parte de sua vida. Desta forma, Bento Pereira Henriques era um homem preto, livre e natural do presídio de Muxima. Seus pais eram Pedro de Abreu Cabral e Anna Matheus, ambos também com nomes cristãos, pretos, livres e residentes do mesmo presídio da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Reino de Angola, onde também desenvolviam funções à serviço da Coroa lusa. Por meio dessas indicações podemos entender que as práticas e vivências de experiências ligadas a confrontos sempre estiveram presentes em alguma medida na sua vida. Devido à proximidade com a fortaleza de Muxima e conseqüentemente uma proximidade com o aparato militar e administrativo ali empregado. Muxima foi um local que funcionava como um núcleo colonial a partir do século XVI, em 1599, quando foi construído o forte na margem esquerda do rio Kwanza, na Kisama, marcando a ocupação da região. Em 1655, o presídio foi reedificado e tornou-se um local seguro para conter populações insubmissas aos portugueses da Kisama.

Por essas questões, nosso personagem se apresenta já em 1743 como um homem com uma grande trajetória militar que somava 26 anos de atuação direta em frentes de combate. Não temos indicações sobre a idade que possivelmente teria quando iniciou ou finalizou o processo, mas podemos indicar alguma organização cronológica de sua vida, baseadas nas fontes consultadas. Todas as informações fornecidas na documentação, que aqui utilizamos como fonte, são apresentadas por Bento Pereira Henriques para encorpar seu pedido ao Rei de reformar um terço de homens pretos em Angola do qual almejava ser Mestre de Campo. E essas particularidades de sua vida são expostas em uma tentativa de amplificar e dar solidez aos argumentos que justificassem não só a formação, mas também a viabilidade de um novo contingente militar, inspirado pelas necessidades e decretos do período pombalino que enfatizavam a necessidade de ampliação da presença e força militar a serviço da Coroa lusa pelo sertão.

Sendo assim, pela documentação é possível indicar que nosso personagem teria começado sua carreira e vida militar em julho de 1718, atuando no presídio de Muxima como praça de soldado. Sua primeira ocupação militar que desenvolveu como combatente pago, recebendo a remuneração de cinco cruzados por mês, até a data de 25 de agosto de 1727. Durante esses 10 anos de atuação como soldado passou grande parte desse período no presídio de sua naturalidade, Muxima, mas segundo a documentação em algum momento desse tempo foi transferido para o presídio de Benguela a mando do Governador

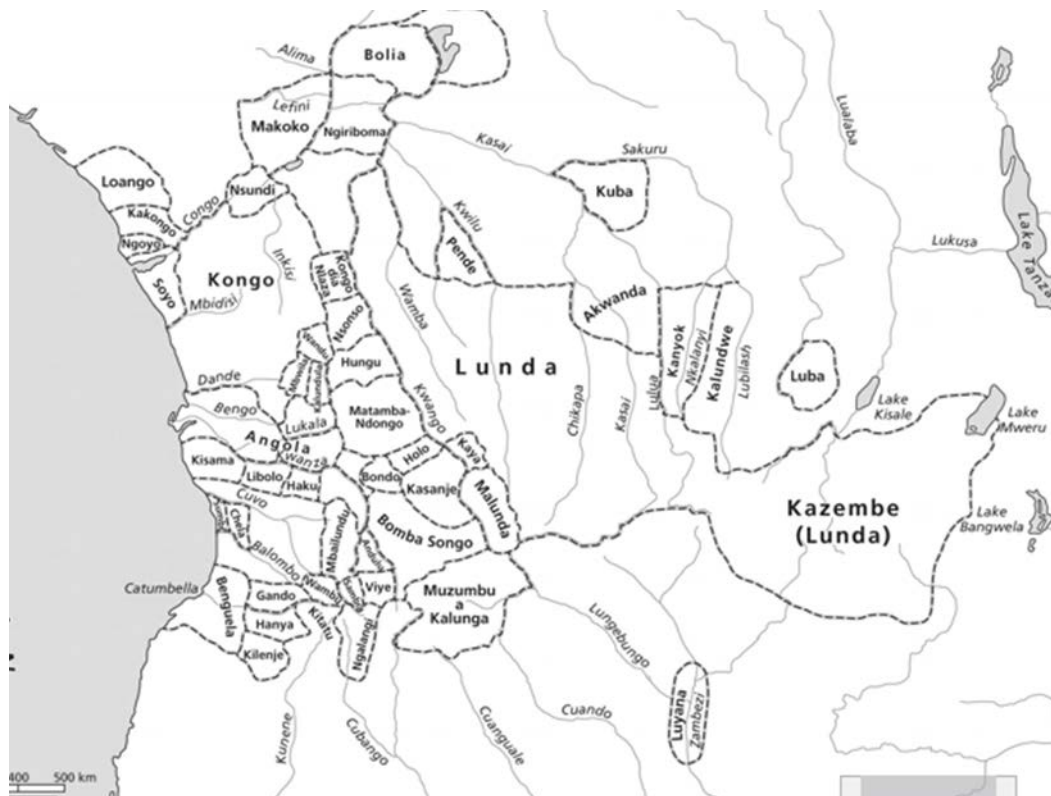
Paulo Caetano Albuquerque²⁹. Não podemos indicar o momento, ou o ano exato em que ocorreu essa transferência pois não é algo indicado, mas podemos apontar para alguns possíveis motivos que poderiam ter levado essa ação a acontecer.

Nas diversas páginas dos requerimentos enviados por Bento Pereira Henriques é possível perceber algumas indicações sobre as motivações que teriam estimulado a decisão do Governador de Angola. Dentre elas se destacam um possível desacordo entre ele e o Capitão-mor Francisco de Almeyda – do presídio de Muxima - e outros homens, esses que também teriam sido transferidos para o presídio de Benguela após tal desavença com o Capitão-mor. Não temos indicações do que teria acontecido para que tal desentendimento culminasse nessa transferência, mas podemos encarar essa movimentação como uma forma de punição em que foram transferidos para Benguela, atuando também em Caconda, por ser uma região mais afastada e localizada ao sul, como pode ser observado no mapa a seguir. E era caracterizada por ser uma região especificamente inserida – nesse período – em um constante ambiente de guerras e disputas em campo de batalha.

Mapa 2 - Situação geográfica de Angola por volta de 1750.³⁰

²⁹ Governador de Angola Paulo Caetano Albuquerque, esteve no posto do governo durante o período de 1726 a 1732.

³⁰ Thornton, John K. *A History of West Central Africa to 1850* (New Approaches to African History) Cambridge University Press, 2020.



Nesse período em que atuou em Benguela e Caconda esteve em empreitadas contra potentados da região, em conflitos marcados pela disputa por controle de terras e pessoas. Esses embates compõem também as disputas que contribuíram para a alimentação do fluxo econômico, e as necessidades externas, impulsionado principalmente pelo tráfico transatlântico de escravizados, como exposto no capítulo anterior. Nas atuações de Bento Pereira Henriques em batalhas nesse tempo há um grande destaque, na documentação, para sua atuação na Companhia do Capitão Francisco de Carvalho Velho. Um destacamento da Companhia do Capitão Felix Correia concentrado em investidas em busca de desertores e contava com a presença de soldados, pretos forros empacaceiros e “gente” da guerra preta. Nessa documentação há um grande destaque para as atuações nas terras do “vassalo Quicunda” e para a sua performance em empreitadas em terras do soba Bambi e contra o Soba Socavalle, em uma investida militar organizada por ordem – novamente - do Governador Paulo Caetano Albuquerque. E na documentação que trata desse período podemos encontrar algumas descrições de como eram organizadas emboscadas e investidas para a destruição e saques à potentados, regiões revoltosas e quilombos³¹. Nesse momento de atuação em Benguela e Caconda

³¹ Consulta de Bento Pereira Henriques ao Conselho Ultramarino requerendo postos militares, Lisboa, Luanda e Rio de Janeiro, 1743-1751 . AHU_CU_001, Cx. 39, folha 53.

nosso personagem já se apresenta como figura de destaque e passa então para a patente de cabo de esquadra no presídio de Benguela, por ordem do Capitão-mor João Soares também de Benguela.

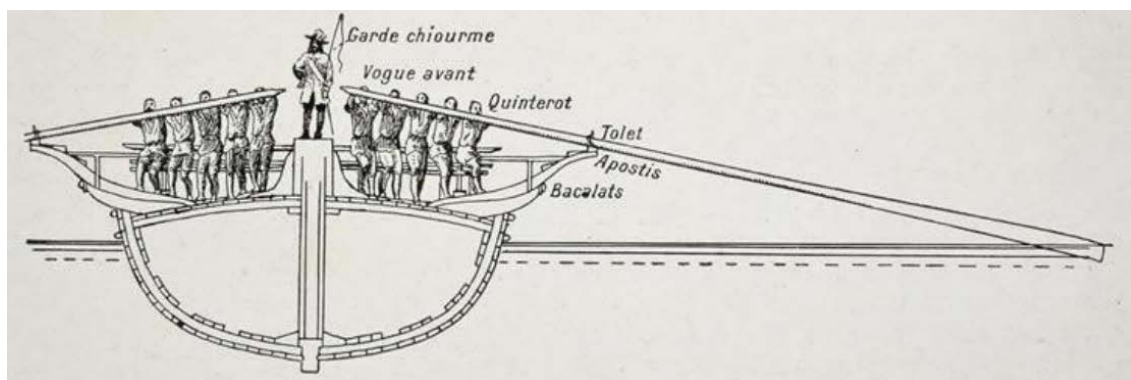
Sua presença nesse presídio se estende até o ano de 1732 quando então retorna ao presídio de Muxima, agora como cabo de esquadra. Segundo a documentação, Bento Pereira Henriques aponta que teria desenvolvido as funções de cabo de esquadra durante um período de seis anos. Mas o que chama atenção nesse momento é que apesar de não apontar todas as datas de mudança de patente, temos cerca de 2 anos sem explicações. Pois é apontado que que ficou no cargo de soldado pago de 1718 a 1727, totalizando 10 anos como apontado pela documentação. Não é indicado quando teria iniciado no posto de cabo de esquadra, mas é apontado – como mencionado anteriormente - que ficou nesse cargo por seis anos e trocou novamente só em 1735, que somam oito anos. Esse pequeno ponto pode nos suscitar questões, pois talvez nesse período nosso personagem poderia então ter atuado em outra função que não está registrada, passado por alguma forma de preparação para o novo cargo que viria a assumir, ou poderia ter passado por problemas que o mantiveram afastado de suas funções militares.

A partir de então, estando de volta ao presídio de sua naturalidade Bento Pereira Henriques – como cabo de esquadra - volta a conviver e a responder de maneira mais próxima ao Capitão-mor Francisco de Almeida, com quem já havia tido algum tipo de desentendimento que teria culminado em sua transferência para Benguela. Com seu retorno ocorrem novas desavenças. É apontado pela documentação que nosso personagem teria passado algum tempo hospedado na casa da “parda” Maria de Souza Jaques, então viúva e recém-casada com o Capitão-mor Francisco de Almeida. Dessa forma, uma das primeiras acusações processuais que aparecem pela documentação provém dessa estadia na residência da dita parda Maria. Nessa acusação contra Bento Pereira Henriques é apontado que ele teria cometido crimes de roubos, latrocínios e é acusado de ter armado uma tentativa de emboscada para o Capitão-mor, além de ter sido acusado também de ter “desonrado” a esposa do Capitão-mor. Possivelmente esse crime de desonra se refere a alguma relação de adultério ou então de violação sexual, como o crime de estupro.³² E é importante destacar que o crime de adultério em sociedades da África-central era considerado uma ofensa grave e passível de escravização.

³² Nas Ordenações Filipinas, há uma norma que estabelece punições para o homem que forçar (travar), estuprar ou raptar uma mulher segundo a condição da vítima e do agressor. Livro V, título 18. Almeida, Cândido Mendes de (ed.). *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por*

Dentro desse contexto Bento Pereira Henriques é preso pela primeira vez por João Jacques³³, a mando do Capitão-mor Francisco de Almeйда, em 15 de julho de 1733. Essa primeira prisão não teve justificativas apresentadas administrativamente e por isso foi uma movimentação estranhada e considerada arbitrária pelo então Governador de Angola Rodrigo Cezar Menezes. Devido a essas questões Bento Pereira Henriques foi solto após quatro meses de prisão e possivelmente teria voltado a atuar como cabo de esquadra no presídio de Muxima. Esse tempo em que esteve afastado de suas funções nos ajudam a responder parte do tempo de dois anos que aparece “em falta” dentro de sua cronologia apresentada pela documentação. Podemos tentar responder a essa “lacuna” como um possível afastamento, administrativo ou não, de suas funções militares após essa acusação e prisão. Pois, em alguns momentos, pelas fontes, é possível encontrar indicações feitas por Bento Pereira Henriques que apontam para a existência de uma perseguição desenvolvida pelo Capitão-mor.

Sendo assim, em algum momento retornou às suas funções como cabo de esquadra no presídio de Muxima e, em 1735, sobiu novamente de patente e começa a atuar como Ajudante pago no mesmo presídio. Permanece nessa função por volta de um período de 10 anos e é nesse momento que sua relação com o Capitão-mor de Muxima, o Francisco de Almeйда, se torna ainda mais delicada. Em 1743, Bento Pereira Henriques se encontra preso novamente e dessa vez condenado a “pena vil das Galés” no Rio de Janeiro. Tal decisão, e condenação, é tomada novamente por João Jacques que agora era o então governador de Angola e figura próxima do Capitão-mor Francisco de Almeйда.



“As Novas Galés”, A Ponte, 2016.

mandado d'ElRey D.Philippe I. (fac-símile da 14ª ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, vol. V, p. 1168-1170.

³³ João Jacques nesse momento era uma pessoa proeminente e influente no Reino de Angola e viria a ser governador em 1738, atuando no cargo até 1748.

Apesar de não termos indicações de quando ocorreu essa prisão, sabemos que em 1743, Bento Pereira Henriques já se encontrava preso, condenado ao degredo e ao trabalho forçado nas Galês do Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras. E submetido ao degredo ele estaria também sob uma forma de decisão administrativa que o impedia de retornar ao Reino de Angola. Além de ser uma prisão, a pena do degredo nas Galês era considerada um dos piores destinos para um homem, pois eram embarcações de trabalho forçado em que os condenados eram submetidos a um ambiente insalubre, com castigos físicos severos, rotina de trabalho excessiva e com uma alimentação restrita e insuficiente dentro dessas embarcações.³⁴

Somado a essas condições, a tripulação ainda cumpria viagens que duravam em torno de três meses e durante esse tempo passavam as viagens utilizando argolas interligadas a correntes, que os prendiam como parte do castigo que poderia durar anos. Essas condições, em ambientes apertados e marcados por excessos, faziam com que a vida nessas embarcações se tornasse curta também pela grande facilidade com que as doenças se espalhavam pelo local. E apesar de serem uma forma de embarcação muito utilizada, principalmente pelo mediterrâneo, em épocas de guerras era uma função destinada a aqueles em busca de algum ganho com trabalho e a aqueles destinados ao degredo, especialmente os acusados de crimes contra os ensinamentos da igreja – como o adultério.

Ao chegar a essa prisão, na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, Bento Pereira Henriques inicia seu processo de contestação da pena, estabelecendo diálogo com o Conselho Ultramarino e enviando requerimentos e petições. Buscava não só defender sua inocência como também por mercês oferecidas diretamente pelo Rei de Portugal, pois conseguir essas mercês também significava a possibilidade de retornar a Angola com cargo militar mais elevado. Dessa forma, além de defender que sua prisão havia sido arbitrária, também solicitava a mercê para reformar um terço de homens pretos, do qual queria ser Mestre de Campo, em Angola.

Dentro dessa correspondência é possível identificar que Bento Pereira Henriques teria acionado sua rede de relações, em Angola e também no Brasil. Buscando vozes e testemunhas que comprovassem seu trabalho, empenho, honra e – acima de tudo – a lealdade prestada por anos no serviço militar em nome da Coroa lusa. Nesse diálogo aparecem correspondências escritas por antigos companheiros de serviço militar, como o

³⁴ SOUZA E SILVA, Emanuel Luiz. “*Condenados às Galês*”, Revista de História – Edição de Fevereiro, 2021.

Sargento-mor João da Silva Coutinho do presídio de Caconda. Um personagem que surge no meio desse quadro geral e aparece enviando requerimentos diretamente ao Conselho Ultramarino falando em favor de Bento Pereira Henriques e destacando que o mesmo seria merecedor de tais mercês que eram solicitadas³⁵. Nesses arquivos também aparecem personagens ligados ao sacerdócio em Luanda, como o padre Damião Antonio da Silva e o padre Antonio Vas Obudo, que também falam em favor de Bento Pereira Henriques.

Podemos destacar duas correspondências importantes nesse contexto, a primeira escrita por Damião Antonio da Silva, identificado como presbítero do Hábito de São Pedro, em que indicava que na fortaleza da Ilha das Cobras havia outros homens, que assim como Bento Pereira Henriques, estariam cumprindo pena devido a ações do então governador de Angola a mando do Capitão-mor do presídio de Muxima. Já a segunda correspondência, escrita por Antonio Vas Obudo, do mesmo ano de 1744, destaca que tal prisão se mostrava como arbitrária e resultado de uma já antiga perseguição. Apontando que não haveria então motivos para que Bento Pereira Henriques continuasse preso e submetido a uma rotina de trabalhos exaustivos nas Galés.³⁶

A partir dessas questões sua prisão é estranhada pelo Governador Gomes de Andrade³⁷ do Rio de Janeiro que o manda soltar, estabelecendo fiança de 12 mil réis que deveriam ser posteriormente pagos, retira o impedimento de retorno a Angola e o libera para ir até a Corte Ultramarina para apresentar pessoalmente seus requerimentos ao Rei. Após ser solto, em 1744, Bento Pereira Henriques começa a atuar como assistente na cidade do Rio de Janeiro e prossegue com os requerimentos e pedidos pela mercê real de reformar um terço de homens pretos do qual queria ser Mestre de Campo. Sendo uma formação sem custos a Fazenda e solicitando o pagamento de meio soldo por seu trabalho, recurso esse que seria voltado para a conservação do terço.

Para sua infelicidade, em julho de 1745 chega a resposta em que o Rei Dom João V recusa conceder às suas solicitações para a patente de Mestre de Campo e para a reforma de um terço de homens pretos no Reino de Angola. Depois de trocas de correspondências entre o Rei e o então Governador de Angola, buscando saber mais sobre Bento Pereira Henriques, é indicado que o mesmo seria indigno de receber tais mercês por ter cometido roubos e latrocínios na região. E um dos principais motivos que o tornariam indigno de receber tais mercês estaria na “indignidade de suas cores”,

³⁵ AHU_CU_001, Cx. 39, D. 3716, folha 51.

³⁶ AHU_CU_001, Cx. 39, D. 3716, folha 80.

³⁷ Gomes de Andrade, Governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1733 e 1763.

apontando que existiriam outros homens mais aptos e brancos para assumir tal alto posto. Em carta ao Conselho Ultramarino, o governador de Angola dizia: “Menos me parece senhor lugar de ser provido o dito preto em uma das companhias desta praça sendo das do Regimento pago dele, não só pela indignidade das suas cores por serem todos os capitães dele brancos”.³⁸ É destacado também a falta de necessidade da formação de um terço em terras do Reino de Angola, pois, lá já existiria o destacamento de guerra preta, em que o próprio Bento Pereira Henriques já teria atuado, que realizava o trabalho de auxílio militar à Coroa Lusa.

Mesmo após essa resposta o envio de solicitações e requerimentos ao Rei continua e, após poucos meses, mesmo sem quitar sua fiança, Bento Pereira Henriques vai até a Corte, em Lisboa. Depois de chegar a Portugal começa a atuar como assistente na própria Corte de Lisboa ainda em 1745 e permanece solicitando mercês. Entretanto, nesse momento após a primeira recusa do Rei ocorre uma mudança nos pedidos contidos nos requerimentos, começando a apontar que na falta da patente de Mestre de Campo aceitaria ficar com uma patente de Capitão-mor que estivesse vaga. Solicitando assim mais uma patente de alto grau de autoridade e para isso indica os presídios de Ambaca, Cambambe ou Muxima como possibilidades.

A última documentação que temos conhecimento é do ano de 1751 e não temos notícia de como o caso se encerrou ou se houve outros modelos de solicitações. Mas dentro desse conjunto documental podemos perceber diversas formas de organização e estratégias realizadas por Bento Henriques. E, talvez, essa busca por altas patentes fosse uma tentativa de conseguir retornar a Angola com uma forma de garantia que o protegeria contra as perseguições que indicava sofrer do Capitão-mor Francisco de Almeida. O que é possível apontar é que as ações desenvolvidas demonstram grande conhecimento do funcionamento do aparato administrativo colonial, sendo possível perceber que existia compreensão considerável acerca das formas de ascensão social via participação militar. E até mesmo as justificativas utilizadas, para a defesa da formação do terço, mobilizaram argumentações fundamentadas em necessidades e decretos da própria força colonial em Angola.

³⁸ 1745,06,04 Carta Régia de d. João V a [João Jacques de Magalhães], governador de Angola, que pedia o seu parecer sobre o requerimento do preto Bento Pereira Henriques, ajudante do Presídio de Muxima, que pretendia ser mestre de campo dos mais pretos. (Arquivo Histórico Nacional de Angola, códice 2-A-1-2) Local: Lisboa 02pp PADAB BR RJIHGB 126 DVD08,11 DSC00059

Dentro de seus requerimentos Bento Pereira Henriques justifica a necessidade da criação e reforma de um terço de homens pretos apresentando argumentações vinculadas a necessidade da própria administração lusa de ampliar sua presença pelos sertões de Angola. Destaca a fragilidade da administração colonial na região e aponta até mesmo para o decreto instaurado pelo Governador Ayres e Saldanha³⁹, no século XVII, que foi responsável pela introdução do regimento de terços de homens pretos a serviço em Angola. Indicando que permaneciam nessa função apenas 3 destacamentos e que devido a essas questões a reforma de um novo terço seria interessante e proveitosa para a administração colonial e também para os moradores do sertão⁴⁰. Destacado assim que essa presença militar contribuiria para o “ordenamento” desse interior marcado por guerras e disputas territoriais entre forças lusas e forças centro-africanas, com os potentados e os quilombos.

Tal justificativa se mostra de forma muito bem fundamentada pois, como apontado no capítulo anterior, a preocupação com o domínio e a permanência do comércio na região do sertão de Angola era conectado diretamente a um projeto imperial⁴¹. E a permanência desse projeto dependia justamente do estabelecimento de um controle sobre essa região que se destacava por ser o principal centro exportador de pessoas escravizadas da Era Moderna, uma prática econômica que, simplesmente, compunha as bases de sustentação da economia do Reino de Portugal.

A construção argumentativa de Bento Pereira Henriques também salienta que, frente a essa real necessidade de atuação militar no sertão, seria ele um homem ideal para assumir a liderança desse terço como Mestre de Campo. E ao destacar sua experiência de 26 anos de atuação direta em guerras e empreitadas militares - junto ao destacamento de guerra preta pelo interior de Angola – também enfatiza características positivas como a sua honra e lealdade à Coroa lusa. Apontamentos que são ainda mais endossados pela apresentação de testemunhas, antigos superiores e sacerdotes, que falam em seu favor e atestam o que seriam suas ditas qualidades.

A partir dessas ponderações a respeito de toda mobilização feita por Bento Pereira Henriques é necessário destacar que ele se apresenta como um homem atuante em Angola e que faz suas petições a partir de outros lugares, como Rio de Janeiro e Lisboa. E que mesmo fisicamente afastado de seu lugar de naturalidade ainda assim consegue mobilizar

³⁹ Ayres e Saldanha foi Governador de Angola no período de 1676 a 1680.

⁴⁰ AHU_CU_001, Cx. 39, D. 3716, folha 9.

⁴¹ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola*, p 46

toda uma rede de conexões, que se estende desde o interior de Angola, no sertão e nos presídios com padres e outros militares, até pessoas na corte de Lisboa. Utilizando assim sua rede de sociabilidade de forma estratégica para endossar sua inocência e viabilizar a obtenção de um melhor posicionamento social.

Nesse sentido, toda a execução dessa estratégia destaca também uma apropriação do sistema burocrático colonial. E ao passo que havia essa apropriação das tecnologias de comunicação – com cartas, súplicas e petições – abria-se um em maior espaço com melhores possibilidades para a reivindicação de privilégios – que podem ser lidos à distância como direitos. Garantindo uma abertura para espaços de negociações, luta por direitos, reivindicação de melhores condições de vida ou trabalho e até mesmo na busca por privilégios. Como feito por Bento Pereira Henriques que move ações por dentro do sistema colonial, seguindo seus códigos, e mobiliza a própria burocracia colonial portuguesa em proveito e benefício de interesses pessoais.

O uso estratégico desse sistema também aponta para a utilização de ferramentas que auxiliavam os homens, e as mulheres, centro-africanos a se aproximarem das práticas dos registros escritos. Todos os requerimentos trabalhados e aqui apresentados são reivindicações formais feitas segundo as aspirações individuais de Bento Pereira Henriques. Nesse momento, no século XVIII, o domínio e a autonomia sobre a escrita se concentravam em uma parcela da população ligada às elites administrativas portuguesas e luso-africanas⁴². Conforme explica Silvia Rachi⁴³, homens e mulheres pretos em sua maioria não dominavam a prática da escrita e utilizavam mecanismos como a escrita mediada para que tivessem seus discursos orais grafados por um escrivão. A utilização dessa prática pode ser observada pela documentação apresentada por Bento Pereira Henriques que, assim como outras pessoas vinculadas a regiões do ultramar, não dominavam a escrita.

Dessa forma, o contínuo exercício do mecanismo colonial também se valia da desigualdade do ensino de práticas de escrita, o que contribuía para fomentar o silenciamento e a inviabilização da busca ou da manutenção de direitos e benesses. Mas assim como outras pessoas, Bento Pereira Henriques utiliza esse mecanismo e faz valer suas reivindicações através da intermediação de escrivães que registram os discursos orais em forma grafada. E, segundo Rachi, essa forma de intermediação era o modo

⁴² RACHI, Silvia. A vida em folhas de papel: escrita mediada na América Portuguesa. *Revista de História*, [S. l.], n. 174, 2016, p. 267-298.

⁴³ Idem. *Ibidem*, p 267-298.

encontrado e utilizado pela maioria dos africanos, e afrodescendentes, que almejavam transpassar as barreiras impostas pela oralidade em uma administração que funcionava por burocracia registrada por escrito.

A intermediação pode ser encarada como uma forma de fazer valer suas vontades e seus conhecimentos acerca de prerrogativas já conquistadas, mas também se apresenta como uma forma de prática de resistência e marca a permanência da atuação de homens e mulheres africanos dentro de um sistema colonial de constante opressão. A escrita mediada utilizada para viabilizar formas de reivindicações também apresenta vozes sociais e destacam africanos, e afrodescendentes, como sujeitos imbuídos de agência e estratégia de classe. É a partir desses registros que conseguimos ter acesso as formas com que esses sujeitos sociais se enxergavam, pois, por meio da linguagem utilizada é também construída uma autorrepresentação. Os sujeitos se colocam no centro da discussão, e como feito por Bento Pereira Henriques, apresentam um extenso conhecimento sobre as práticas administrativas do Governo do Ultramar e trabalham com discursos de merecimento. Utilizando a linguagem das mercês de forma voltada para a obtenção de melhores posicionamentos sociais dentro da lógica administrativa de sociedades do Antigo Regime. É interessante notar que o termo “petição” refere-se a todo um léxico que foi forjado desde a antiguidade, difundido pelo direito comum e utilizado pelas monarquias europeias para uma ampla comunicação dos súditos com seus monarcas. Contudo, a palavra petição agrega uma quantidade imensa de termos e tipos documentais como súplica, representação, queixa e querela.⁴⁴ Uma nova historiografia do direito vem mostrando como no Antigo Regime, as petições assumiam centralidade no próprio modo como as monarquias funcionavam, “em uma lógica *garantista* de direitos que não estavam baseados na centralidade da lei”. Eram “direitos que, em uma concepção moderna de sociedade altamente desigual e discriminatória, não se opunham peremptoriamente a privilégios, no sentido de garantir a cada um o que se coadunava com a sua condição”.⁴⁵

Dessa forma se torna evidente que a atuação de combatentes africanos que prestavam serviços à Coroa era, como abordado no capítulo anterior, pautada por interesses individuais. No entremeio dos conflitos entre as autoridades centro-africanas e

⁴⁴ ROJAS, Beatriz. Circuitos oceânicos: as petições ultramarinas e a comunicação política na América portuguesa (século XVIII). *Almanack*, Guarulhos, n. 34, ed00423, 2023.

⁴⁵ SLEMIAN, Andrea. Entre graça e direitos: apontamentos sobre como entender as petições na América portuguesa, século XVIII. *Almanack*, n. 34, 2023, p. 13. DOI: 10.1590/2236-463334ed00223. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/14863>. Acesso em: 6 dez. 2023.

as autoridades políticas e militares coloniais prestar serviços para a Coroa, que tinha sua presença no Reino de Angola dependente dessa atuação, se mostrava como favorável e muito proveitoso. Visto que desse serviço, prestado em um ambiente e em uma estrutura já familiar, se tornava possível galgar posições sociais, alcançar reconhecimentos e adquirir acessos destinados a uma minoria ligada às elites militares. E assim, a luta por si pode ser vista como estratégia também coletiva, já que trajetórias como a de Bento Pereira Henriques não eram necessariamente raras e havia um aprendizado compartilhado de uma linguagem de graças e direitos.

2.1 KISAMA: O LAR DE FUGITIVOS

A principal utilização das forças militares ligadas a guerra preta, e a preferência pela atuação de combatentes africanos habituados a região e ao clima⁴⁶, era focada na desarticulação de comunidades de fugitivos e na atuação contra levantes de potentados ou sobados avassalados pela Coroa. Dentro da dinâmica desenvolvida no século XVIII no Reino de Angola, os exércitos de cada líder - com acordos diplomáticos - serviam aos portugueses, como o que ocorreu durante a guerra contra a rainha Jinga. E a atuação dentro dessas forças envolvia sobretudo, como já apontado, uma múltipla correlação de diferentes interesses, que passavam por aspectos individuais e coletivos.

De forma que, a centralidade das guerras no Reino de Angola se mostra em proporção e relevância tão aguda que dentro do contexto centro-africano podemos apontar para esse sendo um aspecto modular da sociedade no Antigo Regime⁴⁷. Ao se inserirem no continente africano, as forças colonizadoras, e invasoras, alteraram o desenvolvimento dos estados e sociedades locais inserindo a dinâmica, e a pressão do mercado externo, do tráfico transatlântico de escravizados. Desse modo as guerras também se mostravam como um grande meio para a obtenção de escravizados e podemos compreender a formação e permanência dessas unidades de forma atrelada a esse desenvolvimento e ligação externa. Sem deixar de lado que as guerras já faziam parte das sociedades africanas, o que destaco aqui é que a intensidade, os interesses e os objetivos em jogo se mostram de forma diferente a partir da inserção colonial.

E assim como no Reino de Angola é possível perceber estrutura parecida na América portuguesa, com as milícias e os terços. De modo que a sociogênese dessas estruturas militares - dentro da administração colonial - é apontada com uma motivação

⁴⁶ SILVA, Guilherme Oliveira da. *“Valentes homens de cores pretas”*..

⁴⁷ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola*..

parecida: a necessidade de controlar e interromper o desenvolvimento e a organização política e social de escravizados fugidos nos quilombos⁴⁸. E pelo modo como se apresentavam as políticas de dominação adotadas pelos portugueses e a forma como os habitantes desses territórios reagiam, resistiam e lutavam contra essa presença, nós conhecemos a Kisama como um lugar de refúgio de fugitivos.

Dentro da documentação e da trajetória já conhecida de Bento Pereira Henriques podemos observar que a maior parte de suas atuações em frentes de batalha era combatendo forças inimigas (potentados) e desarticulando quilombos. A partir dos manuscritos são apresentados inúmeros relatos, comprovadas por certidões, de atividades e empreitadas militares por essa região do sertão considerada “inóspita”, “bárbara” e “hostil”. Apresentando um contexto em que é possível destacar um empenho no desenvolvimento de investidas políticas e militares com o objetivo de expandir a influência colonial de forma cabal. Apesar do estabelecimento de alguns símbolos de poder português, os territórios pelo interior não estavam sob o controle da administração portuguesa, mas sim de sobados e potentados espalhados pela região que tinham o domínio sobre as pessoas nessas localizações.

O interior do território do Reino de Angola era marcado por forças vinculadas diretamente com os espaços de poder africanos. E a partir do entendimento da própria definição de sertão, como uma categoria conceitual etnocêntrica e com caráter polissêmico, era um espaço definido como o lugar do outro, do bárbaro e do incivilizado. De forma que essas áreas do sertão não faziam parte da área considerada como Reino de Angola, pois a monarquia lusa mesmo com seus tratados diplomáticos não era capaz de controlar a região e seus ocupantes. A existência dessa região se apresenta como mais um marcador da autonomia mantida pelas autoridades africanas, caracterizando esse espaço por estar situado para além das fronteiras da jurisdição civil, judicial e eclesiástica.⁴⁹

Dessa forma, o limitado controle colonial do território era a principal marca que possibilitava inúmeras fugas de escravizados, que em busca da liberdade se direcionavam para o sul do Reino de Angola, em direção a província de Kisama. Por ser considerada uma sociedade inimiga engajava diversas revoltas contra a dominação portuguesa, sendo identificada também como província “indômita”⁵⁰. Por ser localizada ao sul da região de

⁴⁸ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, N° 169, 2013, p. 111-144.

⁴⁹ CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola*, p 35.

⁵⁰ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferreiros e Fundidores da Ilamba*, p 58.

Angola apresenta, dentro de suas terras, grandes minas de sal era também alvo de constantes investidas militares coloniais, porém, a maioria eram tentativas frustradas. Os colonos não conseguiam adentrar nessa região, devido ao preparo militar dos combatentes dos sobas da Kisama e devido também a geografia e a aridez climática que deixavam a própria sustentação da vida difícil (para os não familiarizados)⁵¹ e até mesmo seus moradores eram conhecidos como os mais “bárbaros” e perigosos.

Situada ao sul do rio Kwanza era conhecida como um refúgio seguro para os soldados desertores, os degredados e os fugitivos provenientes do tráfico transatlântico de escravizados, pois além de oferecer asilo também fornecia proteção contra a possibilidade de reescravização. Os líderes dessa região não participavam de acordos de vassalagem com portugueses, nem participavam do comércio de escravizados e se situavam politicamente de forma contrária a administração portuguesa e aos seus sobas aliados⁵². Para uma estruturação que garantisse esse funcionamento e a plena autonomia de seus líderes (sobas) haviam laços políticos e diplomáticos entre os opositores dos portugueses, sendo uma colaboração focada na desarticulação da interiorização colonial. Principalmente no século XVIII que, como já apontado neste trabalho, foi marcado por inúmeras guerras intensificadas pela pressão externa do tráfico transatlântico de pessoas.

Essas disputas, no jogo político centro-africano, diziam respeito acima de tudo ao controle de pessoas, ampliação de influência e fortalecimento territorial de suas fronteiras. Acolher e oferecer um ambiente seguro para os fugitivos, que passavam a desenvolver funções dentro da Kisama, para além da oposição às práticas lusas também os fortaleceram politicamente. Pois, ter mais pessoas sob seus comandos – de forma organizada – indica maior prestígio e riqueza ao líder ao conferir uma organização mais forte com mais pessoas dedicadas à guerra, mais pessoas dedicadas às minas de sal e mais pessoas dedicadas à agricultura. A riqueza de um determinado líder político era medida pela quantidade de pessoas e terras sob seus domínios, ou seja, quanto mais pessoas maiores eram os seus recursos econômicos e militares. Sendo assim, o mais importante, que tento aqui destacar, é que as dinâmicas e os acordos protagonizados por líderes centro-africanos da Kisama, ligados a oposição à presença e aos costumes empregados por portugueses, enfatizam que esses agentes sociais a partir de uma ampla capacidade de negociação, interação e conhecimento político e social conseguiram se estabelecer durante séculos como um importante entrave para as ambições lusas. Uma barreira da

⁵¹ ALFAGALI, Crislayne. *Kafuxi Ambari: a trajetória de um título político*, 2024, no prelo, p 14.

⁵² ALFAGALI, Crislayne. *Kafuxi Ambari: a trajetória de um título político*, 2024, no prelo, p 17.

população da região da Kisama que resistiu e lutou até fins do século XIX, quando só então foi invadida e tomada pelas forças coloniais.

PALAVRAS FINAIS

A partir da trajetória de vida de um homem preto, livre e militar atuante no Reino de Angola podemos entender um pouco sobre as formas como eram estabelecidos contatos e redes de sociabilidade pelo Atlântico sul, no século XVIII. Sendo possível destacar também, para além de sua individualidade como combatente, alguns aspectos da atuação de militares africanos junto a forças coloniais. Principalmente os interesses envolvidos dentro dessa dinâmica, considerando essencialmente esses combatentes e militares como indivíduos munidos de vontades e ambições que atuavam em frentes de batalhas visando possibilidades de ascensão social via participação militar.

Sendo relevante chamar atenção para as relações de poder entre sociedades centro-africanas que foram modificadas com a inserção da presença colonial, mas a estrutura hierárquica com títulos, diplomacia e organizações militares com presença e atividade maciça de centro-africanos foi preservada a partir do amplo reconhecimento da superioridade bélica centro-africana. Sendo essa conotação de superioridade preservada até a primeira revolução industrial, marcada pela criação e implementação de novas armas tecnológicas. Com esse trabalho foi tentado demonstrar a centralidade dos destacamentos de guerra preta para as estratégias de controle, permanência e manutenção da influência sobre territórios e pessoas. Destacando que sem o reconhecimento e a incorporação das forças locais africanas – por meio de alianças políticas com lideranças locais – nenhuma das guerras de iniciativa do governo português seriam possíveis.

Assim, a partir da consideração de experiências individuais se apresenta como possibilidade entender a experiência africana, pelos próprios africanos, os considerando como atores sociais ativos, envolvidos politicamente e estabelecendo constante diálogo com as forças locais e coloniais. Apesar de estarem inseridos em uma dinâmica do mundo do trabalho em que eram considerados inferiores - por sua descendência, “defeitos de cor” ou trabalho braçal - as pessoas cativas, livres e libertas possuíam agência e estratégia de classe. Sendo capazes de por meio da vivência e ampla experimentação desenvolver meios para a plena capacidade de negociação com o sistema. Contavam assim com grande capacidade de organização para que mesmo por dentro do sistema escravista – criado para silenciar e apagá-los - fossem capazes de burlar ou, como no mostrado no caso da documentação analisada, facilitar e viabilizar a obtenção de direitos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas - Documentos Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU_CU_001, Cx. 38, D. 3591, AHU_CU_001, Cx. 39, D. 3697.

Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB/IHGB)

1745,06,04 Carta Régia de d. João V a [João Jacques de Magalhães], governador de Angola, que pedia o seu parecer sobre o requerimento do preto Bento Pereira Henriques, ajudante do Presídio de Muxima, que pretendia ser mestre de campo dos mais pretos. (Mau estado) (Arquivo Histórico Nacional de Angola, códice 2-A-1-2) Local: Lisboa 02pp PADAB BR RJIHGB 126 DVD08,11 DSC00059

Bibliografia:

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). 2017. Tese de Doutorado.

ALFAGALI, Crislayne. *Kafuxi Ambari: a trajetória de um título político*, 2024, no prelo.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: das cruzadas ao século XX. Editora Companhia das Letras, 2018.

CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. *Afro-Ásia*, p. 239-268, 2013.

CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*. unpublished Ph.D thesis Federal University of Rio de Janeiro, 2020.

COUTO, Carlos. *Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídio para o estudo da sua atuação*. Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

DAVIS, Natalie Zemon; GARRAYO, M. Ferrandis. Las formas de la historia social. História social, p. 177-182, 1991. FERREIRA, Aurora da Fonseca. *A Kisama em Angola, do século XVI ao XX: autonomia, ocupação e resistência*. Luanda: Kilombelombe, 2012, vol. 1, p.120.

FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII). *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 3-23, 2007.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola do século XVII: Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de Fernão de Sousa, 1622-1635*. F. Steiner Verlag Wiesbaden, 1985, p 124.

KI-ZERBO, Joseph et al. *História Geral da África–Vol. I–Metodologia e pré-história da África*. UNESCO, 2010.

MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995 .

DIAS, Gabriela Duque. *Uma análise comparativa do perfil das chefias militares nas Minas do século XVIII: os postos de mestres de campo e capitão mor*. Minas Gerais, ANPUH – MG, 2012.

RACHI, Silvia. A vida em folhas de papel: escrita mediada na América Portuguesa. *Revista de História*, [S. l.], n. 174, 2016, p. 267-298.

ROJAS, Beatriz. Circuitos oceânicos: as petições ultramarinas e a comunicação política na América portuguesa (século XVIII). *Almanack*, Guarulhos, n. 34, ed00423, 2023.

SLEMIAN, Andrea. Entre graça e direitos: apontamentos sobre como entender as petições na América portuguesa, século XVIII. *Almanack*, n. 34, 2023, p. 13. DOI: 10.1590/2236-463334ed00223. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/14863>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SILVA, Guilherme Oliveira da. “*Valentes homens de cores pretas*”: *Guerra e poder na África Central no século XVII*. Dissertação de mestrado_IFCH. Universidade Estadual de Campinas, 2023.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, N° 169, 2013, p. 111-144.

SOUZA E SILVA, Emanuel Luiz. *Condenados às Galés*, *Revista de História – Edição de Fevereiro*, 2021.

THORNTON, John K. The art of war in Angola, 1575–1680. *Comparative studies in society and history* 30.2 (1988): 360-378.

THORNTON, John K. *Warfare in Atlantic Africa 1500-1800*. London: UCL Press, 1999.